

jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE S.PAULO

Av. Engº Caetano Álvares, 55 — 856-2122 (PABX) — CEP 02598

São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01051 SP — E. Telegráfico ESTADO

Telex 011.23511 — Fax 265-2297



Fundado em 1873

JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

Júlio de Mesquita Neto

Luz Vieira de Carvalho Mesquita

Ruy Mesquita

César Tácito Lopes Costa

José M. Homem de Montes

Oliveiros S. Ferreira

Diretor de Unidade

Ruy Mesquita Filho

Diretor de Redação

Fernão L. Mesquita

Editor Chefe

Celso Kinô

Diretor Superintendente

Francisco Mesquita Neto

Diretor Comercial

Orlindo Marques

Diretor Agência Estado

Rodrigo L. Mesquita

A competência que falta ao governo

Por mais que o governo tente culpar o setor privado da economia pelo fracasso de seus planos econômicos e pela crise econômica e social do País, a realidade teimosamente aparece para desmentir o discurso antiempresarial oficial. Agora, mais uma vez, depois da suprema violência do Plano Collor 1 e da nova investida do Plano Collor 2, com seus confiscos, congelamentos e aumentos diretos e indiretos de impostos — e a grande recessão que é a única promessa plenamente cumprida pelo governo —, as empresas privadas brasileiras já começaram a dar a volta por cima. Passada a turbulência inicial, a maioria já se livrou dos percalços provocados pelas abruptas e iníquas intervenções oficiais no sistema econômico e já exibe uma boa saúde financeira, como ocorreu também após os Planos Cruzado 1 e 2, o Plano Bresser e o Plano Verão.

Os sinais dessa recuperação das empresas foram registrados em reportagem publicada pelo jornal **O Estado de S.Paulo** domingo. O período negro para as empresas, por conta do Plano Collor 1 e mesmo do Plano Collor 2, já vai ficando para trás. O número de concordatas requeridas na cidade de São Paulo, que atingiu o seu auge em outubro (36) e novembro (61) passados, começou a cair paulatinamente desde então e chegou a apenas sete em março, dentro da média histórica. O número de falências decretadas baixou de um pico de 36 em janeiro para 32 em fevereiro e 28 em março. Os protestos que chegaram a 75,3 mil em janeiro caíram para 45,5 mil em fevereiro e 35,6 mil em março. Nos bancos, também, o número de duplicatas atrasadas está diminuindo: havia crescido seis vezes de setembro à janeiro e agora já está nos níveis considerados normais. Em janeiro, a inadimplência geral nos bancos era de 5% do total dos empréstimos e atualmente está nos 2% históricos.

O que esses números desmentem com cristalina evidência é a acusação de ineficiência e incompetência que as autoridades econômicas costumam fazer às empresas brasileiras. Elas provam, ao contrário, que o empresário nacional é um dos melhores do planeta. Poucos empresários no mundo

teriam condições de se adaptar tão bem e com tanta rapidez aos constantes obstáculos que o Estado no Brasil impõe à atividade econômica privada. Tanto que muitas multinacionais, apesar de estarem instaladas aqui há anos, têm reduzido seus investimentos no País. E outras — como nos recentes casos da Pelikan e da Parker, dois tradicionais fabricantes de material escolar e de escritório — encerraram definitivamente suas atividades industriais no Brasil. Eles não tinham “aquito roxo” mas estavam com “aquito cheio”. O empresário brasileiro, no entanto, resiste; e cada crise serve para apurar ainda mais sua incrível capacidade de sobrevivência.

Mas, mesmo para esses campeões de “resistência econômica”, já está ficando difícil sobreviver às arbitrárias e atrabiliárias ações governamentais. Em impressionante depoimento ao jornal **O Globo** de ontem, o presidente das Indústrias Lorenzetti e vice-presidente da Fiesp, Aldo Lorenzetti, expôs a dramática situação dos empresários brasileiros: “Somos empurrados para a ilegalidade” pelo congelamento de preços e salários.

A Lorenzetti está sendo acusada pelo governo de boicotar o congelamento, acusação que seu presidente está comprovando que é falsa. Na verdade, a empresa é uma das vítimas do governo, dos prejuízos provocados pelos Plano Collor 1 e 2, pela recessão e pelos calotes que o governo tem passado no setor privado (ela tem US\$ 60 milhões para receber da Eletronorte e não sabe quando verá o dinheiro). Por conta disso, viu-se obrigada a vender sua fábrica de disjuntores para a francesa Melin-Gerin e deverá ter o seu faturamento de US\$ 204 milhões no ano passado reduzido para US\$ 140 milhões este ano. E o grande prejudicado é o trabalhador brasileiro: nos últimos três anos, a Lorenzetti diminuiu seu quadro funcional de 7 mil trabalhadores para 3.500.

Se o governo tivesse sido capaz de administrar o setor público com a eficiência e competência demonstradas pelo empresário do setor privado, o Plano Collor 1 teria sido um sucesso e a economia nacional estaria agora em plena recuperação.